

esporte net como apostar

Apostas esportivas no Brasil: crime ou contravenção penal?

A lei federal brasileira define as apostas esportivas como uma contravenção penal, sujeita à punição e prisão simples. No entanto, com a Lei 14.790/23, empresas privadas estão autorizadas a operar apostas esportivas online e em estabelecimentos físicos, como casas de apostas e cassinos. Entretanto, o que muda Agora?

A evolução das apostas esportivas no Brasil

No passado, jogar na brasa ou disputar apostas desportivas ilegais eram práticas comuns no Brasil. Todavia, em 2024, a Lei Federal proibiu jogos de azar online, incluindo cassinos e apostas esportivas, através das leis da Lei 14.790/23. Embora a lei tenha motivos de segurança, mais detalhes serão fornecidos neste texto mais tarde.

Aspectos legais das apostas esportivas

Com as apostas esportivas, o artigo 50 da Lei de Contravenções Penais brasileiro estabelece que os jogos de azar são contravenções penais puníveis com prisão simples de 15 dias a 3 meses ou multa. De acordo com o especialista em direito de jogos e bancário, Fabiano Jantalia, o conceito de jogos de azar abrange aqueles em que o ganho ou a perda dependem da sorte.

Para operar online, empresas podem trabalhar com apostas esportivas de forma restrita graças à lei 13.756/18, que exige obediência ao Código Geral do Consumidor, limitando assim o teor comercial oculto na publicidade dos anunciantes do segmento. No entanto, autoridades, como a Anatel, o Departamento de Controle over as Atividades de Jogos do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, devem ser cautelosas ao regular e monitorar a publicidade das casas de apostas.

A segurança jurídica e econômica

A regulamentação das apostas esportivas no Brasil visa fornecer segurança jurídica para os envolvidos. Existem vários aspectos positivos:

1. A regulamentação deve proteger e incentivar o ambiente competitivo.
 2. Ela está destinada a aumentar a arrecadação de impostos.
 3. Observar de perto pode criar mais empregos, incluindo locais baseadas em território brasileiro.
- Prevendo situações de risco